

# Avaliação dos dados informados pelos municípios da OPE

1. Dados de 1968 fornecidos pelos Estados
2. Municípios envolvidos na operação escola
3. Relatório para uso interno do SAT - Avaliação dos dados informados pelos municípios envolvidos na OPE
4. Operação - Escola - Municípios dos quais o SAT/INEP não recebeu dados.
5. Relatório para uso interno - Continuação da avaliação das informações dos municípios da 'OPE'



Ass:

Esti quadro serve de base para a preparação do relatório de "Avaliação dos Dados Informados pelas Administrações de OPE". O quadro não está ~~completo~~ <sup>completo</sup>, mas serve para que você tenha uma idéia de ordem de grandeza dos valores informados. Entretanto, como pode ser visto no relatório, nem todos estes dados são dignos de confiança.

Os números entre parêntesis (114) ao lado de vários dos valores citados não devem ser levados em consideração. Serviram apenas numa fase preliminar do trabalho.

Jayme

OPERAÇÃO-ESCOLA

Relação das pastas

Documentos técnicos básicos

Avaliação dos dados informados pelos munic.da OPE

Documentos técnicos-pasta-b

Planos sobre Educação

SAT-1969

Nordeste-Informações Sec.Educação

Amazonas

Paraíba

Acre

Pará

Amapá

Paraíba

Alagoas

Paraná

Amapá

Pernambuco

Amazonas

Piauí

Ceará

Rio de Janeiro

Distrito Federal

Rio Grande do Norte

Espírito Santo

Rio Grande do Sul

Fernando de Noronha

Roraima

Goiás

Rondonia

Guanabara

Santa Catarina

Maranhão

São Paulo

Mato Grosso

Sergipe

Minas Gerais

RELATÓRIO PARA USO INTERNO

Continuação da avaliação das informações dos municípios da OPE

Censo Sócio-Econômico de Novo Hamburgo R.G.S., 1969 (análise suscinta tendo em vista a Operação-Escola).

1. Pode-se aceitar os dados relativos à população "não estudante" de 6 a 14 anos. Esta população, com 3.105 crianças, seria correspondente ao deficit escolar do município.

Resta saber se esta população inclui ou não os 367 analfabetos de 8 a 14 anos que foram recenseados.

2. Embora o deficit acima houvesse sido obtido sem que fôsse recenseado o número de crianças de 7 a 14 anos na escola primária, é conveniente que este dado seja obtido, a fim de implantar-se uma sistemática de acompanhamento e avaliação dos resultados da Operação-Escola.

3. Faltam dados relativos à quantificação de:

- a) salas de aula e equipamentos
- b) professôres
- c) despesas de investimento e custeio

Jacques Rocha Velloso

EEPM/SAT

23.II.70



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS  
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4

Operação-Escola-Municípios dos quais o SAT/INEP não recebeu dados.

Pernambuco: Olinda

R. S. do Sul: Porto Alegre, Pelotas, Bagé, Caxias do Sul, Novo Hamburgo

Roraima: Boa Vista, Caracará

Ceará: Crato, Sobral

Obs.: São Paulo enviou dados relativos ao ensino primário e secundário no Estado, mas estas informações não estão incluídas na análise feita neste relatório.

Não dispomos de informações enviadas pela Guanabara.

Out/69  
M

C O N V E N Ç Õ E S

1. O sinal x significa que o Estado informou a ocorrência do fenômeno.
2. O sinal • (um ponto) substitui, por simplificação, os convencionais ..., que significam que o dado é desconhecido, mas isto não implica em que o fenômeno inexistia.

Obs. - O quadro é de natureza geral e não constitui um resumo de todas as medidas tomadas pelos Estados. Apenas aquelas que são do nosso conhecimento e mais relevantes e/ou de maior frequência aparecem no quadro, que é assim uma tentativa de resumo das informações de que se dispõe. Como as medidas estão apresentadas ao nível estadual há casos em que se registra um dado fenômeno em apenas algumas escolas ou municípios do Estado, embora no quadro possa parecer que ele ocorre em todo o Estado. Por outro lado, deve-se considerar que o Estado pode não ter informado que tomou outras medidas além das que conhecemos.

NOTAS

- (1) Segundo informações constantes dos ofícios enviados ao CENH - Ministério do Planejamento e ao INEP.
- (2) As medidas referem-se apenas aos municípios envolvidos na Operação-Escola.
- (3) O Estado está ainda atribuindo aos professores que puderem trabalhar em tempo integral uma gratificação de 75% sobre os seus vencimentos.
- (4) O Estado informou a criação do "turno intermediário" em 5 unidades escolares.
- (5) Outras medidas também tomadas pelo Estado: construção de escolas de emergência com ajuda da comunidade; suspensão temporária do segundo curso de recreação, para evitar o afastamento dos regentes de classe.
- (6) O Estado não informa a existência de "classes em cooperação". Entretanto, há novas turmas e salas funcionando em convênio com a Secretaria, as quais receberam a matrícula resultante de convocação através da imprensa.
- (7) O Estado informa ter sido criado o 3º turno nas unidades que ofereciam condições de bom funcionamento dentro desse regime.

- (8) O Estado informa que o aproveitamento da capacidade ociosa das salas de aula existentes foi feito "mediante a redistribuição de professores".
- (9) O Estado informou que adotou dois turnos de trabalho para professores voluntários.
- (10) O Estado não informou a construção de novas salas de aula, mas informou o número de novas salas disponíveis em 1970. Isto pode ser devido ao "entrosamento com entidades civis e religiosas para a concessão de novas salas de aula", conforme foi informado, ou à construção de novas salas, ou a ambas as medidas.
- (11) O Estado informa que em Mossoró diminuiu a capacidade de matrícula, em virtude da ocupação por alunos de nível ginásial de 7 salas de aula que antes pertenciam ao nível primário. Um grupo escolar foi fechado porque seu prédio estava ruindo (atualmente em recuperação). Seus alunos foram transferidos em parte para um prédio novo e os demais para outro grupo escolar já existente.
- (12) O sistema de rodízio já existia e foi estendido a um maior número de unidades (exceto em Santa Cruz, onde não é utilizado).
- (13) Supõe-se que haja o aproveitamento de professorandos, pois o Estado informou que atende ao "necessário aproveitamento e adaptação do novel professor, na qualidade de estagiário. O Estado conta 1750 novos professores estagiários no ensino primário".
- (14) O Estado informou que, devido ao atendimento já estendido praticamente à toda a população em idade escolar, o aumento da rede se faz agora para acompanhar o crescimento vegetativo da população, através da construção de novas salas e do uso intensivo dos prédios.
- (15) <sup>e</sup>
- (16) O Estado informou que o número de professores normalistas excede à necessidade. Este fator, junto com as considerações de (14) e (15) acima nos leva a concluir que não há contratação de novos professores nem existe o aproveitamento de professorandos e de professores à disposição de outros órgãos.
- (17) O Estado não informou a existência de "classes em cooperação", mas está firmando convênios com entidades particulares no sentido de conseguir maior número de salas.

J. R. VELLOZO  
1004/69

INEP/SAT  
EQUIPE DE ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO  
MEDIDAS TOMADAS PELAS UNIDADES FEDERADAS TENDO EM VISTA A OPERAÇÃO-ESCOLA (1)

UNIDADES FEDERADAS	I. MEDIDAS PARA A EXPANSÃO DA MATRÍCULA (2)											II. MEDIDAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO				
	Aumento do número de turnos					Adoção do rodízio	Classes em cooper.	Construção de		Recuper. de salas e unidade.	Uso do - rante todo o ano	Professores			Edital de chg mada	
	De 1 p/ 2	De 2 p/ 3	De 3 p/ 4	De 4 p/ 5	a noite 1ª e 5ªs series			Novas Unidades.	Novas salas			Contrat. de novos	Aproveitamento prof. s/fun - ções docentes	Aproveit. professo - randos		
ACRE	.	.	.	.	.	x	.	.	.	.	.	.	x (3)	.	x	
ALAGOAS	.	x	.	.	.	x	.	.	.	.	.	.	.	.	x	
AMAPÁ	.	x (4)	.	.	.	.	.	x	x	.	.	x	.	.	x	Amapá-O estado realizou um Curso de Extensão Metodologica para os titulados provindos do Instituto de Educação
AMAZONAS	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
BAHIA	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
CEARÁ	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
D.FEDERAL (5)	x	x	x	x	.	.	x	x	x	.	.	x	x	.	x	
E. SANTO	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
F. NORONHA	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
GOLÁS	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
GUANABARA	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
MARANHÃO	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
MATO GROSSO	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
M. GERAIS	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
PARÁ	.	.	.	.	.	.	x (6)	.	x	.	.	x	.	.	x	Pará-em virtude das conclusões do Encontro de Diretores de Educação Primária, realizado na Guanabara, e da VII Semana de Estudos, realizada em Manaus, a 1ª serie foi organizada em um só nível em vez dos três níveis existentes em 1968
PARAÍBA	.	x(7)	.	.	.	.	.	.	.	x	.	(8)	x	x	.	Paraíba-O estado solicitou à COLTEP que considerasse todos os 6 municípios da OPE como areas prioritarias para o fornecimento de livros-texto (dentreaqueles, os de Campina Grande, Patos e Cajazeiras ja eram considerados areas prioritarias).
PARANÁ	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
PERNAMBUCO	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
PIAUI	.	.	.	.	.	x	x	.	x	.	x	x (9)	.	.	.	
R.JANEIRO (11)	.	.	.	.	.	x	x	.	(10)	.	.	.	.	.	.	
R.G.NORTE	x	x	x	.	x	x(12)	x	x	x	x	.	.	x	.	x	
R.G.SUL	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
RORONIA	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
RORAIMA	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	
S.CATARINA	.	.	.	.	.	.	.	x	x	.	.	x	.	x (13)	x	Santa Catarina-O estado está atendendo ao "aperfeiçoamento e adaptação do nôvel professor, na qualida de de estagiario "
S.PAULO	.	.	.	.	.	.	.	x(14)	.	.	(15)	(16)	.	.	.	São Paulo-Melhoria qualitativa do curso normal; reforma dos curriculos do ensino medio pela Lei nº 10.038 de 5.2.68, regulamentada pelo Dec. 50.183 de 2.8.68, e da Resolução do C.B.E. nº 36/69, em fase de implantação . Foi centralizado o serviço de organização das provas dos exames de admissão ao ginasio., feitas agora em concordancia com o nôvel primario, retirando-lhes o caracte seletivo.
SERGIPE	.	.	.	.	.	.	x(17)	.	x	.	.	x	.	.	x	

RELATÓRIO PARA USO INTERNO DO SAT

Avaliação dos Dados Informados pelos Municípios Envolvidos na OPE

I. Avaliação do Questionário

Introdução

Os dados enviados pelos municípios envolvidos na Operação-Escola (OPE) ao Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH) do Ministério do Planejamento estão anotados numa ficha destinada a ser preenchida com as informações pedidas aos municípios. Adotamos os termos "questão" ou "pergunta" para designar as palavras ou sentenças que aparecem na ficha e que são destinadas a esclarecer o tipo e a natureza da informação solicitada.

O termo questionário foi adotado para designar a ficha contendo estas questões. Os comentários a respeito deste questionário poderiam talvez dar a impressão de que baseiam-se unicamente na hipótese de ele haver sido enviado a cada estado e/ou município a fim de ser preenchido. Isto porque os comentários referem-se sobretudo à forma em que <sup>para qual</sup> estão apresentadas as perguntas. Entretanto, mesmo que os estados houvessem enviado sua resposta no texto de um ofício, tendo havido uma posterior transcrição das informações para o questionário, ainda assim os comentários são válidos, embora não o sejam integralmente.

Segue-se uma explicação sobre a aplicabilidade dos comentários. Ela é necessária apenas para lembrar que é sempre conveniente uma exata definição dos dados que se quer obter.

Assim, se o questionário que recebemos foi enviado aos estados, algumas perguntas que nêle aparecem podem levar — como veremos adiante — a informações imprecisas. O mesmo ocorreria se estas perguntas houvessem sido formuladas por meio de carta ou ofício. Por outro lado, há indicações de que em alguns casos (não sabemos se em todos) o que chamamos aqui de "questionário" apenas resume os dados fornecidos por intermédio de ofício da Secretaria de Educação do Estado ao CNRH. Mesmo nestes casos (vide Parte II), como no questionário há perguntas que não são suficientemente exatas, o que seria a

síntese dos dados é muitas vezes inaproveitável, seja por não coincidir com as informações originalmente prestadas, seja pela sua natureza imprecisa.

Devemos ainda frisar que os comentários e críticas que se seguem têm unicamente um sentido construtivo, ou seja, o de apontar falhas ou lacunas que sabemos não intencionais e provavelmente decorrentes da urgência que <sup>se</sup> tinha para obter as informações pedidas. Além disso, o esforço realizado deve ser reconhecido e um primeiro contacto como o que foi levado a efeito é, sem dúvida alguma, de grande utilidade como experiência indicadora dos problemas que serão encontrados no futuro, quando <sup>ocorrerem</sup> de novas solicitações de informações dessa natureza.

1. O "questionário" traz no alto da fôlha, à direita, dois espaços para serem preenchidos com data: "ANO \_\_\_\_\_"; "DATA DA INFORMAÇÃO \_\_\_\_\_".

Cremos que esta apresentação pode levar a dados imprecisos. É difícil para o informante interpretar o que significa a palavra "ano" acima: seria o ano a que se referem os dados fornecidos ou seria o ano em que está sendo prestada a informação? Para contarmos com informações exatas teríamos que substituir a palavra "ano" pela expressão "data a que se referem os dados" <sup>data do levantamento,</sup> ou outra semelhante.

2. A questão c, que pede a "população escolarizada (na escola primária)", não está bem formulada porque:

- 2.1. A expressão "população escolarizada" pode levar a interpretações errôneas, sugerindo que o dado desejado se refere àquela população que já frequentou a escola, que já terminou o curso primário, constituída por crianças que já estão escolarizadas. Era preciso que se explicitasse que se desejava a população atualmente matriculada na escola primária.

2.2. A folha maior reside na ausência do limite de idade a que se referem os dados pedidos. É necessário que sejam relativos unicamente à população de 7 a 14 anos de idade a fim de que se possa estimar o deficit escolar (o número de crianças com mais de 14 e com menos de 7 anos, matriculadas na escola, deveriam ser anotadas em separado).

2.3. Pedem-se os dados referentes à rede pública e particular mas não há espaço reservado para a soma destes valores. O informante poderia fornecer apenas um número, relativo ao total da matrícula (soma da pública + particular), escrevendo-o numa das linhas a serem preenchidas, e calculando um suposto deficit com base nêstes dados. (como de fato aconteceu, vide Parte II). Da forma como foram apresentados os dados verifica-se que não se pode ter certeza que eles se referem a uma determinada categoria (pública ou particular) em frente à qual foram anotados, ou se constituem a soma das duas categorias pedidas.

2.4. Teria sido conveniente dividir a categoria "escolas públicas" em escolas estaduais e municipais a fim de se tivesse segurança sobre a(s) categoria(s) a que se refere(m) as informações. [Os dados sobre a rede estadual <sup>nas capitais</sup> são mais conhecidos da Secretaria de Educação e esta poderia, embora de boa fé, fornecer estes dados como se fôsem relativos a toda a rede pública.]

Poderia ainda fornecer dados relativos apenas à rede pública e também calcular um suposto deficit com estes dados

Terrin

3. A questão d pede o deficit escolar no município. Entretanto, não esclarece como deve ser calculado este deficit, o que pode levar à adoção de diferentes procedimentos <sup>(pelos estados)</sup> acarretando <sup>assim</sup> resultados inexatos, ~~mas~~ <sup>pelos es</sup> tados. Verificou-se, como se verá adiante (Parte II), que a falta de conhecimentos nesta área, por parte do pessoal dos estados e municípios, resultou num grande número de informações erradas.
4. A questão e não está bem formulada porque:
- 4.1. A esta questão, relativa à capacidade da rede escolar, aplica-se a crítica enunciada em 2.3. acima e a sugestão feita em 2.4. *(sem expressão a +) (separar estudantes de curso)*
- 4.2. Não há especificação do tipo de capacidade que se quer conhecer: se em salas, vagas ou unidades escolares. De fato, como se verá adiante, foram fornecidos, de acordo com a interpretação do informante, dados destes três tipos. *Também não está claro se se refere à capacidade máxima utilizável ou à capacidade atualmente utilizada.*
- 4.3. A informação deveria ter sido pedida em termos do número de salas de aula ~~comuns~~ existentes, <sup>de acordo com as demandas pelas escolas com a discriminação de salas que estejam sendo</sup> acompanhado da respectiva área média ou área por categoria (x salas de m a n m<sup>2</sup>, y salas de o a p m<sup>2</sup>, por exemplo). Apenas dados desta natureza permitiriam que fosse estimada a capacidade máxima utilizável de rede escolar.
5. A questão f não está corretamente apresentada porque :

- 5.1. Pede-se nesta questão o número de "professôres regentes" e <sup>de</sup> professôres em "outras funções". Esta segunda categoria é ~~muito~~ <sup>bastante</sup> vaga e ampla, podendo incluir <sup>no</sup> professôres em exercício ~~de magistério mas sem regên-~~ cia de classe, <sup>professôres que trabalham na área educacional mas sem</sup>

funções docentes (administração, inspeção, orientação, etc.), ou mesmo professores diplomados que têm no momento outra ocupação qualquer, totalmente desvinculada da área educacional.

- 5.2. Falta assim ~~uma~~ subdivisão clara ~~de~~ categoria "outras funções" e um espaço reservado para o total, especificando que tipo de total é desejado (professores no magistério, todos os diplomados no município, etc). Esta seria uma solução para <sup>o</sup> problema.
- 5.3. Do modo como foi formulada a questão poder-se-ia levar em conta unicamente os dados fornecidos para "professores regentes". Ainda ~~as-~~ <sup>seria conveniente</sup> ~~sim~~ restaria saber, dentre estes, quantos estão efetivamente no exercício de suas funções e quantos estão afastados por motivo de licença.

Como vimos, devido à falta de delimitação ou de conceituação clara das informações pedidas, seria inconveniente a utilização das respostas — quando fornecidas — porquanto estas sofrem de inexistência <sup>seja</sup> pela própria natureza da questão, ~~seja pelo conteúdo das informações (como veremos abaixo).~~

## II. Avaliação dos Dados Apresentados (1)

1. As informações referem-se, ao que tudo indica, a anos diferentes, o que não permite um estudo comparativo dos dados. Supondo que a data escrita no espaço a ser preenchido ao lado da palavra "ano" refere-se ao ano em que foram colhidos os dados, temos os seguintes estados com informações relativas a 1968: Acre, Amapá, Distrito Federal e Mato Grosso. Os questionários ~~possuem também outro espaço a ser preenchido com a "data de informação"~~

(1) Alguns municípios envolvidos na "Operação Escola" não responderam à solicitação de dados. Comentamos aqui apenas os dados enviados por aqueles que atenderam ao pedido.

1.1. Os estados abaixo apresentam datas de difícil interpretação.

1.1.1. As informações do Pará <sup>estado</sup> foram apresentadas em duas formas: um questionário preenchido para cada município e uma tabela <sup>enviada pela Secretaria de Educação,</sup> englobando os dados de todos os municípios. No primeiro caso <sup>o ano</sup> e <sup>citado (1968, no segundo, 1969. Os dados são os mesmos em)</sup> ambos os casos.

1.1.2. As informações do Piauí apresentam como "ano" o de 1968 e como "data de informação" o ano de 1969. Entretanto, no ofício da Secretaria de Educação do Estado, no qual são informados os da dos pedidos, aparece a expressão "Levantamento Estatístico- 1969".

1.1.3. Os estados da Paraíba, Minas Gerais e o Distrito Federal informaram apenas o "ano" (1968), não declarando a "data da informação"

1.1.4. Paraná e Rondônia informaram "ano" 1969 e "data da informação" 30.12.68. Não se sabe se houve inversão de datas (dados do ano de 1968) ou se os dados se referem a 1969.

1.1.5. O questionário de Sergipe apresenta 1969 como sendo o "ano" e a "data de informação". Entretanto, o ofício da Secretaria de Educação cita a matrícula de 1968, apresentando um valor igual ao que está no questionário. Não se sabe se apenas a matrícula que está no questionário refere-se a 1968 ou se os demais dados também.

1.1.6. O estado do Rio de Janeiro apresenta nos questionários: "ano" 1968, "data da informação" 1969. No ofício da Secretaria de Educação estão explícitas as datas a que se referem os dados, embora encontremos: matrícula em 1968, matrícula no ensino médio (popula-

ção de 11 a 14 anos) em 1969, número de salas de aula sem data de referência e número de professores em 1969. É inconveniente o estabelecimento de qualquer relação entre estes dados de anos distintos.

1.2. Os demais estados que responderam à solicitação informaram 1969 como sendo o "ano" e a "data de informação"

2. A maioria das unidades que responderam à solicitação de dados enviou informações sobre a população escolarizável de 7 a 14 anos (questão a).

Não enviaram esta informação: Alagoas e Distrito Federal

2.1. As informações do Paraná e do Rio de Janeiro incluem a faixa etária de 6 anos.

3. Dentre as unidades federadas que responderam à solicitação, várias não enviaram a informação relativa à população (de 7 a 14 anos) com primário completo, sem o que é impossível estimar o deficit escolar. As que não enviaram são: Acre, Rondônia, ~~Roraima~~, Amapá, Fernando de Noronha, Alagoas, Paraná, St<sup>a</sup>. Catarina, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso.

3.1. O estado do Rio de Janeiro informou apenas a população de 11 a 14 anos matriculada no ensino médio, <sup>1/2</sup> que corresponde somente a uma parcela dos que concluíram o primário e se encontram naquela faixa etária.

3.2. O estado da Paraíba não informou a popul. de 7 a 14 anos com primário completo. Apresentou apenas os dados relativos à "população escolarizada". É possível que nesta categoria estejam incluídas as crianças com primário completo (vide Parte I, 2.1.). Entretanto, apesar do deficit haver sido calculado com estes dados, êle não deve ser levado em consi

deração em virtude das críticas feitas na Parte I, item II, e também porque não é informado <sup>a faixa etária da</sup> ~~o limite de idade de~~ "popul. escolarizada".

4. Os dados relativos à "população escolarizada (na escola primária)", (questão c), apresentam inexatidões ou são incompletos. Cremos que parte destas deficiências poderia ser <sup>forçada</sup> superada conforme já mencionamos na I Parte, item 2. <sup>ao serem pedidas as informações</sup> É preciso ter sempre em mente que, Segundo tudo indica, não foi <sup>determinada a que</sup> delimitada a faixa etária a que se referem estes dados.

4.1. Algumas unidades informaram os dados relativos às redes pública e particular <sup>e</sup> total. São elas: Acre, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e ~~St.~~ Catarina. No caso de Pernambuco, a serem corretas as parcelas o total seria 152.839 e não 152.837, conforme apresentado.

4.2. Os dados de Minas Gerais e do Distrito Federal fornecem as duas parcelas pedidas mas não o total. Entretanto, nos dados da rede pública de M. Gerais estão incluídos 470 alunos do ensino supletivo que ~~deveriam~~ <sup>deveriam</sup> ter mais de 14 anos.

4.3. Outras unidades informaram apenas o total das redes pública e particular, sem especificar a matrícula em cada uma destas categorias, a saber: Rondônia, Pará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Mato Grosso.

4.4. Outras unidades informaram apenas os dados relativos à rede pública. São as seguintes: Amazonas, Amapá, Maranhão, Fernando de Noronha, Espírito Santo, Paraná e Goiás..

4.4.1. No município de Codó, no Maranhão, a soma dos dados apresentados na resposta à questão c com a população de primário

completo (questão b) é maior do que a população escolarizável (questão a). Note-se ainda que os dados de c referem-se apenas à rede pública. A inconsistência encontrada seria porque os dados de c incluem crianças de menos de 7 e/ou mais de 14 anos ?

4.4.2.2 A "população escolarizada (na escola)", (questão c), informada pelos municípios de Caxias, Monção, Pinheiro e Vitorino Freire *(apenas rede pública)* no Maranhão é maior do que a população escolarizável (questão a). Seria porque os dados de c incluem <sup>crianças</sup> crianças de menos de 7 e/ou de mais de 14 anos ? *Note-se que os dados seriam relativos apenas às escolas públicas.*

5. As respostas sobre o deficit escolar não poderiam ser consideradas exatas porque, como já dissemos antes, não foi limitada a faixa etária a que se referem os dados da questão c. Entretanto, a maioria das unidades que informou o deficit calculou-o como se os dados de c correspondessem à faixa etária de 7 a 14 anos. Mesmo se admitíssemos a hipótese de que os dados se referem a esta faixa ainda assim não encontramos nenhuma <sup>calculo</sup> ~~informação~~ correta quanto ao deficit deficit.

5.1. Não informaram o deficit os municípios de Codó, Caxias, Coroatá, Monção, Pinheiro, ~~Imperatriz~~ e Vitorino Freire no Maranhão; Maceió (Alagoas); Belo Horizonte (M. Gerais). *4.4.2* *4.4.2* *4.4.2*

5.2. Brasília não informou o deficit mas, no ofício da Secretária de Educação, declarou que "não tem conhecimento da existência de qualquer criança em idade escolar" que não frequente escola no D. Federal.



5.4.3. Os 4 municípios do estado do Rio de Janeiro adotaram o procedimento mencionado em 5.4. . Entretanto, os dados da população escolarizável são para a faixa etária de 6 a 14 anos, enquanto que os de matrícula na escola são para a faixa de 7 a 14 anos. Foi informado somente a matrícula entre 11 e 14 anos no ensino médio (que é apenas uma parcela da população com primário completo até 14 anos), mas esta não foi utilizada no cálculo. Aliás, há um engano no valor do deficit apresentado para Niterói (mesmo fazendo-se o cálculo com o procedimento usado pelo município) e, se somarmos as matrículas informadas para o primário e o médio, e subtrairmos da população escolarizável o total encontrado, encontraremos apenas 210 crianças, o que corresponderia à faixa etária de 6 anos junto com o deficit real. Isto indica a natureza de inexatidão destes dados.

5.4.4. Os municípios que adotaram o procedimento citado em 5.4. mas que não informaram a população de 7 a 14 anos com primário completo, e utilizaram apenas os dados informados relativos à rede pública de escolas, foram: Macapá (AP), Fernando de Noronha (FN), Curitiba (PR), Goiânia e os três municípios restantes de Goiás.

5.4.4.1. João Pessoa e os demais cinco municípios da Paraíba utilizaram somente dados relativos à rede de escolas estaduais

5.4.5. Os municípios que estão em situação semelhante aos de 5.4.4. mas que utilizaram os dados informados relativos ao que se supõe ser a soma das <sup>matrículas nas</sup> redes ~~escolares~~, pública e particular, foram: Rio Branco (AC), Pôrto Velho (RD), Teresina (Pi), Cuiabá e os demais nove municípios de Mato Grosso.

- 5.5. Alguns municípios que informaram o que seria seu deficit não podem ser enquadrados em nenhuma das categorias acima porquanto os dados apresentados não correspondem ao que seria um resultado do cálculo correto do deficit (aceitando-se a hipótese enunciada em 5.) nem ao que resultaria <sup>da</sup> a adoção do errôneo procedimento citado em 5.4. . Estes são: Manaus e Manacapuru (AM), Pindaré (MA), Cariacica (ES) e Florianópolis (SC).
6. As respostas à questão e (capacidade da rede escolar) estão apresentadas de formas muito variadas e muitas vezes imprecisas. Isto é em grande parte devido à formulação inadequada desta questão, conforme comentamos na Parte I, item 4. Segue-se uma tentativa de classificação das respostas de acordo com a forma em que foram apresentadas.
- 6.1. No caso dos 6 municípios de Paraíba há uma contradição entre os dados informados através do ofício da Secretaria de Educação (sob a forma de tabelas) e dos questionários relativos a cada município. No ofício está explícito que a informação relativa ao número de salas de aula (e a capacidade em matrículas, a êle correspondente) refere-se apenas à rede estadual. Nos questionários estes dados são apresentados como se fossem relativos ao total de salas das redes públicas e <sup>particular.</sup> ~~estadual~~. Sem pretender generalizar, é preciso porém que nos lembremos que, devido à formulação imprecisa da questão e às respostas muitas vezes de natureza vaga, existe a possibilidade de <sup>enganos</sup> ~~erros~~ semelhantes terem ocorrido quando da <sup>transcrição</sup> ~~transmissão~~ de dados relativos a outros estados.

## MEC - INEP - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.2. Os municípios que apresentaram suas respostas em termos de salas de aula foram:

6.2.1. Especificando a capacidade da rede pública e particular:

Rio Branco (AC), Brasília (DF) (também com o número de unidades escolares),

Vitória (ES), B. Horizonte (MG) (também com o número de unidades escolares)

6.2.2. Informando apenas os dados relativos à rede pública

Macapá (AP) (também com o nº de grupos escolares), São Luís e os demais 10 municípios do Maranhão.

6.2.3. Os 4 municípios do estado do Rio de Janeiro informaram o "total de salas", sem esclarecer a que categoria (estadual municipal, particular ou a soma destas) pertence este total. Informaram ainda as "salas utilizáveis" pelo sistema de rodízio e as novas, no sistema estadual, disponíveis em 1970.

6.3. Os 4 municípios de Goiás e os 10 municípios de Mato Grosso não enviaram qualquer informação sobre a capacidade de rede escolar.

6.4. Vários municípios responderam com números que, pelo seu valor, poderiam referir-se à capacidade em termos de <sup>vagas</sup> matrícula. Entretanto, isto é apenas uma hipótese. Estes municípios são:

6.4.1. Especificaram a capacidade da rede pública e particular ~~a soma de ambas:~~

Manaus (AM) (operando em 1 turno); Recife (PE) (operando em 1 turno e 2 turnos); Florianópolis (SC) <sup>(informando o total)</sup>; Porto Velho (RD) (sem informar o total).

## 6.4.2. Informaram apenas a capacidade da rede pública:

Manacapuru e Itacoatiara (operando em 1 turno) (AM); Fortaleza (CE); Maceió (operando em 2 turnos e 3 turnos); Fernando de Noronha (operando em 2 turnos) (FN); Aracaju (operando em 2 turnos) (SE); Curitiba (PR).

6.5. Teresina (PI) e os 4 municípios do Pará informaram números que, pelo seu valor, poderiam corresponder ao número de salas de aula. Entretanto, repetimos que trata-se somente de uma hipótese e, além disso, não se sabe se os valores informados correspondem à rede estadual municipal, particular, <sup>ou</sup> a soma das três categorias ou de duas quaisquer.

6.6. A falta de exatidão das informações resulta, como vimos, na impossibilidade de utilizar a maioria dos dados fornecidos. Mesmo partindo da hipótese que os dados que parecem se referir a vagas são realmente relativos a vagas, não se sabe que critério foi utilizado para estimar a capacidade informada, <sup>N</sup> no caso de serem em termos de salas, sem conhecer ao menos, a área média das mesmas não se pode estimar sua capacidade máxima utilizável.

6.6.1. Como exemplo de dificuldades de outra natureza que também se apresentam temos os casos de Fortaleza, Recife e Curitiba. A capacidade informada para Fortaleza, relativa apenas à rede pública (supondo-se que seja em termos de vagas) é 55% maior do que a matrícula na rede pública e cerca de 11% maior do que a matrícula total no município. Há realmente um superavit de vagas tão elevado? A informação dada por Recife parece ter so

## MEC - INEP - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

frido um simples <sup>CM</sup> erro de transcrição: a capacidade informada para a rede particular em 1 turno é de 38.080 (que supomos sejam vagas) e em dois turnos é de 12.810. A capacidade informada por Curitiba (supondo-se que seja em termos de vagas) para a rede pública é cerca de 8% maior do que a matrícula nas escolas públicas. Há realmente excesso de vagas?

7. As respostas à questão f, que pedia o número de "professôres regentes" e em "outras funções", foram apresentadas sob formas bastante variadas, que vão desde a informação de somente uma das categorias pedidas até o detalhamento de várias outras categorias além dos regentes. Entretanto, pelos motivos apontados na Parte I, item 5, a maioria das informações não é passível de utilização em cálculo criterioso. Segue-se uma tentativa de classificação das respostas, acompanhada de comentários.
- 7.1. Não responderam à questão os dez municípios de Mato Grosso e o de Pôrto Velho, RD.
- 7.2. Os quatro municípios do Pará e Teresina, Pi, informaram apenas o "número de professôres", sem dizer a que se refere este número. Note-se que está é a forma pela qual foram apresentados os dados nos respectivos ofícios enviados ao CNRH, embora no questionário exista uma chave em frente às duas categorias pedidas, o que indicaria (sem ~~qualquer~~ motivo para tanto) que aquêle "número" referir-se-ia à soma destas duas categorias.
- 7.3. Os seguintes municípios informaram apenas o número do "professôres regentes", embora desconheçamos se este número é ou não relativo somente aos

MEC - INEP - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

que estão em exercício, se é relativo aos professores da rede estadual ou municipal ou particular, ou ainda à soma das três categorias ou de duas quaisquer: Macapá, AP; São Luís, e os demais 10 municípios do Maranhão; Fernando de Noronha, FN; e Florianópolis (informou também ~~inclusive~~ o nº de novos estagiários contratados)

7.4. Os seguintes municípios informaram as duas categorias pedidas (as ~~em~~ <sup>municípios</sup> definições enunciadas em 7.3. acima cabem, ~~como se está~~, também aqui), embora, como foi dito na Parte I, não sabemos o que está incluído na categoria "outras funções":

Manacapuru e Itabatiara, AM; Maceió, AL; <sup>Cariacica</sup> ~~Victoria~~, ES; Curitiba, PR; B. Horizonte, MG; Brasília, DF; Goiânia, <sup>Tumburmas</sup> Anápolis e Itumbiara, GO.

7.4.1. Os dados de Curitiba são do ano de 1967 enquanto que os demais dados são relativos a outra data (vide item 1.1.4.)

7.4.2. Os 4 municípios do Estado do Rio de Janeiro forneceram dados referentes a "professôres com classe" e "professôres sem classe" no ano de 1969. Alguns outros dados deste estado são do ano de 1968.

7.4.3. No ofício enviado pela Secretaria de Educação da Paraíba, dados de João Pessoa e dos demais 5 municípios do estado referem-se a "professôres em exercício, nas redes de ensino estadual e municipal", sendo êstes subdivididos em "titulados" e "não titulados". Contudo, no questionário há uma chave abrangendo as duas categorias pedidas, e enunciando apenas a subdivisão em titulados e não titulados. Como ficou claro, os dados não incluem a rede particular, mas sua apresentação no questionário <sup>leva a crer</sup> ~~parecia sugerir~~ que êles se referem à soma das três categorias: estadual, municipal e particular. Trata-se, provavelmente, apenas de um esquecimento na trans

## MEC - INEP - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

<sup>origem</sup>  
~~requis~~ dos dados. Todavia, serve como mais um exemplo para demonstrar a necessidade de clareza e exatidão na formulação das questões.

7.5. Cinco municípios, capitais de estado, apresentaram, nas suas respostas, um maior número de categorias além das duas pedidas, com a sua respectiva soma. Rio Branco apresentou a seguinte classificação de professores (além de "regentes" e "outras funções"):

- a) Especializados
- b) Direção e Administração
- c) Supervisão
- d) Serviço público que não o magistério

Manaus, além das categorias pedidas, informou também "outras funções que não o magistério". Fortaleza, além das pedidas, forneceu dados sobre as categorias b, c e d (notamos que a soma dos números informados por Fortaleza não corresponde à soma por êle informado). Recife, além das pedidas, informou ainda dados sobre b, c (acima) e sobre "outras funções que não o magistério"; Sergipe, sobre as categorias a, b, c, mas não informou sobre a categoria "outras funções".

Jacques R. Vellozo  
 Setembro de 1969

ANEXO : MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NA OPERAÇÃO ESCOLA

1. Que responderam à solicitação de dados:

- 1 Acre: Rio Branco ✓
- 1 Alagoas: Maceió ✓
- 1 Amapá: Macapá ✓
- 3 Amazonas: Manaus, Manacapuru e Itacoatiara ✓
- 1 Ceará: Fortaleza ✓
- 1 D.Federal: Brasília ✓
- Espírito Santo: Cariacica ✓
- 1 F. de Noronha: F. de Noronha ✓
- 4 Goiás: Goiânia, Anápolis, Itumbiara, Inhumas ✓
- 11 Maranhão: São Luís, Codó, Caxias, Bacabal, Coroatá, Pindaré, Monção, Pinheiro, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Vargem Grande ✓
- 9 Mato Grosso: Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Cáceres, Aquidauana, Ponta Porã, Rondonópolis, Três Lagoas, Jaciara ✓
- 1 M. Gerais: Belo Horizonte ✓
- 4 Pará: Belém, Abaetetuba, Bragança, Castanhal ✓
- 6 Paraíba: João Pessoa, Campina Grande, Patos, Pombal, Souza, Cajazeiras ✓
- 1 Paraná: Curitiba ✓
- 1 Pernambuco: Recife ✓
- 1 Piauí: Teresina ✓
- 4 Rio de Janeiro: Miterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Caxias ✓
- 1 Rondônia: Pôrto Velho ✓
- 1 Sta. Catarina: Florianópolis ✓
- 1 Sergipe: Aracaju ✓

2. Que não responderam ao pedido de informações

- 1 Pernambuco: Olinda ✓
- 5 Rio G. do Norte: Natal, Mossoró, Santa Cruz, Caicó, Pau dos Ferros ✓ *(dados enviados em Set/69)*
- 5 R. G. do Sul: Pôrto Alegre, Pelotas, Bagé, Caxias do Sul, Novo Hamburgo ✓
- 2 Roraima: Boa Vista, Caracarái ✓
- Coariá: Crato, Sobral

Obs: São Paulo enviou dados relativos ao ensino primário e secundário nos Estados, mas estas informações nestas incluídas na análise feita neste relatório. Mas dispondo de informações enviadas pela Fundação

Recebido em 1970

- 1. "A Situação do Ensino Primário em B. Horizonte", 21 págs
  - 2. "Relatório das Atividades Realizadas no período de nov. a out. de 1969 - O Ensino Escolar (Anuário, Ser. de Educ.)", 44 págs, mimeo.
  - 3. "Curso Escolar Coariá - Ensino de Novo Hamburgo", RGS, 1969, multil.
- Nota: Nas incluídas na análise do presente relatório

Dados de 1969 fornecidos pelo Estado

Municípios da OPE	I		II		III		IV	V		VI		VII							
	População Escritorável 7 a 14 anos	com Primário Completo 7 a 14 a.	Popul. Frequenteando Esc. Anon. (7 a 14?)		Déficit Escolar (7 a 14?)	Capacidade da Rede		Capacidade Total da Rede		Número de Professores									
			Pública	Particular		Vagas (?)	Salas	Vagas (?)	Salas	Total	Regentes	Outros	Funções	Adm.	Supl. e Sports.	Especial.	N. Magist.	Outros	
AC Rio Branco (14)	48.204	-	5.774	1.167	21.903(2)	-	136	-	30	-	160	1436	634	805	41	18	43	585(6)	118
RD Porto Velho (5)	8.800	-	6.944	-	2800(6)	4780	-	2220	-	700(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR Bra Vista	-	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM Caracará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM Manaus	60.554	3.675	43.282	-	19.469(8)	12870	-	8.470	-	2100(10)	-	1.408(10)	1329	79	-	-	-	37(11)	42
AM Manacapuru	10.254	80	4.907	-	5.347	6.720(10)	-	-	-	-	-	210(10)	184	16	-	-	-	-	-
AM Itacatiara	10.516	60	5.392	-	5.123	5.355(10)	-	-	-	-	-	200	173	7	-	-	-	-	-
PA (30) Belém	107.330	17.924	-	-	5.063(15)	-	-	-	-	-	-	447(11)	2.453	-	-	-	-	-	-
PA Almetatuba	5.098	518	89.401	-	-	-	-	-	-	-	-	61	119	-	-	-	-	-	-
PA Castanhal	6.287	567	4.585	-	-	-	-	-	-	-	-	54	143	-	-	-	-	-	-
PA Bragança	6.836	883	5.720	-	-	-	-	-	-	-	-	69	159	-	-	-	-	-	-
PA Macapá (25)	19.618	-	5.953	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA São Luiz	42.672	414	15.144	-	4.424(20)	-	328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Codo	3.471	68	33.274	-	9.399(26)	-	402	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Caxias	4.552	90	3.951	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Zumbal	7.343	60	5.359(20)	-	-	-	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Coroatá	2.388	29	3.498	-	3.842(20)	-	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Riudare	4.525	13	2.359	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Monte	3.100	15	1.262	-	3.308(21)	-	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Pinheiro	1.688	39	412(22)	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Lago do Peixe	4.419	6	2.759(22)	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Ubrai Freixo	892	22	396	-	53(30)	-	3(23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Ubrai Freixo	892	22	1067(30)	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA Ubrai Freixo	1.445	18	829(30)	-	21(30)	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE Fortaleza	145.000	34.765	61.761	23.537	59.602(39)	95.000(40)	-	-	-	-	-	2.735(40)	1.216	614	425	59	-	-	123
RN São Luiz, Natal, M. João, Caicó, P. do Ferro	-	-	85.398	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN Fernando de Noronha	608	-	103	-	225(40)	400(40)	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	-
PE Recife	296.886	24.834	141.150	11.609	124.849(40)	33.500	-	38.080	-	71.600(40)	-	11.522	9.641	1.884	706	138	-	-	543(41)
PI Teresina (dados ditos)	-	-	252.837(41)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL Muzila	-	-	21.837	7.756	-	-	-	18.240(41)	-	-	-	-	1.445(41)	1.152	228	-	-	-	-
SE Aracaju	30.426	1864	29.625	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES Cariacica	17.614	1872	17.310	9.972	8.144(51)	14.537	-	-	-	-	-	1090	704	386(53)	172	136	78	-	-
RJ (50) Niterói	59.522(52)	-	22.282	-	1.868(54)	155	-	25	-	180	532	532	926	108	-	-	-	-	-
RJ (50) outros (62)	-	-	49.027	-	10.595(59)	-	-	-	-	434(60)	-	1.564	1.123	-	-	-	-	-	-
PR Curitiba (62)	81.095(64)	-	72.685	-	8410(65)	78.775(66)	-	-	-	-	-	4.339(67)	3.528	754	-	-	-	-	-
SC Florianópolis	23.914	-	17.440	2.090	5.442(69)	15.660	-	2.760	-	1820(69)	-	-	374(70)	-	-	-	-	-	-
RS 5 municípios (71)	-	-	19.460	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN B. Horizonte	188.898	-	149.234	12.747	-	-	2.020	-	472	-	2492(72)	815-9(72)	4762	3777	-	-	-	-	-
DF Brasília	-	-	181.981(72)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DF Brasília	-	-	52.235	4.779	-	-	818	-	241	-	1157	2.061(74)	1976	93	-	-	-	-	-
DF Brasília	-	-	57.614	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO Jaboticatã	73.844	-	51.947	-	21.987(77)	-	-	-	-	-	-	1.659(78)	1414	225	-	-	-	-	-
MT Curitiba	21.493	-	11.985	-	958(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB Paraíba	32.274	-	26.772	-	6104(80)	-	-	-	-	-	-	190(81)	573(82)	-	-	-	-	-	-

J.R. Velloso 1969